LUIZ DE JESUS TROPARDI FILHO

**“A RESPONSABILIDADE CIVIL E O ENSINO SUPERIOR
PRIVADO: A BUSCA DE PARÂMETROS DE QUALIDADE”**

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO, 2010

RESUMO:

O objetivo da presente dissertação é analisar a relação estabelecida entre o estabelecimento de ensino superior privado e seus alunos, principalmente quanto à qualidade do serviço educacional prestado.

Por se tratar de uma relação de consumo, a prestação de serviços educacionais sem a observância do padrão de qualidade, conforme previsto na Constituição Federal, pode caracterizar vício do serviço, o que resultaria na responsabilidade do fornecedor, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

No que concerne à aferição da qualidade do serviço prestado, entendemos que a utilização dos indicadores quantitativos provenientes das avaliações realizadas pelo Estado não é adequada, uma vez que desconsidera os elementos subjetivos envolvidos na prestação de serviços educacionais, importantes no aprendizado do aluno.

Finalmente, analisa-se a participação do Estado na ocorrência do vício de qualidade, frente ao seu dever de credenciar e fiscalizar a qualidade do serviço, e em que medida o Poder Público poderia ser responsabilizado.

THE CIVIL LIABILITY AND PRIVATE HIGHER EDUCATION: THE SEARCH FOR QUALITY PARAMETER.

SUMMARY:

The objective of the present essay is to analyze the relationship between the establishment of private higher education and its students, mainly towards the quality of educational service which is offered.

Because it is about a consume relationship, the educational customer service without the compliance of quality standard, as per the Federal Constitution, can characterize vicious of service, what would result in the supplier's responsibility, according to the terms of the Code of Consumer Defense.

Concerning the standardization of quality of service provided, we understand that the use of quantitative indicators from evaluations performed by the State is not adequate, once that it considers the subjective elements involved on the educational customer service, important to the student's learning.

Finally, we analyze the participation of the State on the occurrence of vicious of quality, concerning its duty of accrediting and supervising the service quality, and at what lever the Public Power could be responsible.

INTRODUÇÃO

“Educação” é palavra com diversas acepções. Sobre o termo, Sérgio Amaral Campelo ensina que é necessário “distinguir a educação, enquanto um processo formativo do indivíduo e de sua cidadania, da educação formal, atividade complexa de preparação ordenada e metódica que vai além dos fins antes citados, para desenvolver aptidões específicas nos diversos campos do conhecimento, visando à preparação para o trabalho”¹. Ainda sobre o tema, explica o autor que a educação em sentido estrito – processo de formação do indivíduo e de sua cidadania – compete à família, enquanto a educação formal cabe ao Estado, seja diretamente ou através de particulares.

Nina Beatriz Stocco Ranieri², por sua vez, destaca que há diferenças relevantes no uso dos termos “educação” e “ensino”, e assevera que educação é um direito e um dever do Estado, contemplando a ideia de desenvolvimento de atividades, da ação de educar “em sua mais ampla acepção, seja ela familiar, seja escolar, privada ou pública, formal ou informal, nas diversas áreas”. Em seguida, afirma a autora que ensino remete à ação de educar, ensinamento e instrução.

O direito à educação está inserido no rol dos direitos sociais previstos na Constituição Federal. Conforme lição de José Afonso da Silva, “os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações desiguais”³. Trata-se, pois, de um direito social de todos e um dever do Estado e da família, que será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (artigo 205 da Constituição Federal).

A Constituição Federal prevê a exploração da atividade educacional pela iniciativa

¹ CAMPELO, Sérgio Amaral. *O Ensino do Direito – Reflexões*. Revista do Direito. Pelotas, 1 (1), jan-dez/2000, pá. 95-108.

² RANIERI, Nina Beatriz Stocco. *O Estado Democrático de Direito e o sentido da exigência de preparo da pessoa para o exercício da cidadania pela via da Educação*. Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo visando à obtenção de título de livre docente, p. 277-278.

³ SILVA, José Afonso da. *Direito Constitucional Positivo*. 24ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 285.

privada, com ou sem finalidade lucrativa, desde que observadas as normas gerais da educação, ficando sujeita à autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público (artigo 209). Desse modo, o ordenamento jurídico brasileiro reconhece a existência de instituições de ensino públicas e privadas.

Consoante disposto na Lei nº 9.394/96 (“Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”), a educação escolar é dividida em dois níveis principais: a educação básica, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio; e a educação superior.

Ante as considerações acima, é importante destacar que o escopo do presente trabalho limita-se à exploração do ensino superior pelo particular. A esse respeito, convém destacar que é notável o crescimento das instituições de ensino superior privadas nas últimas décadas, em decorrência da crescente demanda por esse tipo de serviço. Isso porque o diploma universitário, no Brasil, representa uma possibilidade de ascensão social e econômica. Além disso, tem-se notado nos últimos anos o aumento da capacidade financeira de uma parcela da população antes marginalizada na sociedade de consumo⁴.

O Estado, por sua vez, não tem condições de suprir a crescente demanda por serviços educacionais, cabendo à iniciativa privada a tarefa de preencher essa lacuna, mediante autorização e fiscalização da qualidade pelo Poder Público.

Todavia, a procura por serviços educacionais, reiteramos, nem sempre tem como finalidade a obtenção de conhecimentos e aprimoramento educacional. Em muitos casos, reiteramos, visa somente à obtenção de um certificado de ensino superior, para ingresso ou crescimento no mercado de trabalho.

Ademais, a proliferação de instituições de ensino privadas na formação de um mercado altamente competitivo, em que novos alunos são disputados intensamente. Assim, para

⁴ A parte da população que mencionamos é a identificada como “classe C”, com renda familiar entre 6 e 15 salários mínimos, de acordo com os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. De acordo com pesquisa realizada Latin Panel, essa parcela da população teve aumento de 7% no gasto médio, o que comprova o crescimento do seu potencial de consumo. Nesse cenário, o gasto com ensino tem lugar, o que resulta numa crescente procura pelos serviços educacionais.

atrair novos alunos, as instituições de ensino privado podem investir na qualidade dos serviços prestados, ou aplicar a lei da oferta e da procura, manejando os valores de suas mensalidades conforme a demanda por novas matrículas, em detrimento da qualidade dos cursos. Por essa razão, a prestação de serviços educacionais de nível superior pela iniciativa privada é comumente associada à ideia de falta de qualidade.

Contudo, o direito à educação, nos termos do artigo 206, VII, da Constituição Federal, e do artigo 3º, IX, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o ensino deve ser ministrado com base no princípio de padrão de qualidade. Nesse sentido, o Estado assume o dever não só de promover a oferta de serviços educacionais, mas também de que tais serviços sejam prestados com qualidade.

Não é forçoso afirmar, pois, que a prestação de serviços de má-qualidade representa um risco significativo para a ordem social, razão pela qual tem sido frequentes as notícias acerca de propositura de ações coletivas que objetivam obrigar o Estado a cumprir o seu dever constitucional de garantir aos cidadãos o acesso ao ensino de qualidade.

No âmbito do Direito Privado, por se tratar o vínculo estabelecido entre alunos e instituição de ensino uma relação de consumo, a falta de qualidade do ensino ministrado caracteriza inadimplemento do fornecedor de serviços, sujeito às responsabilidades previstas no Código de Defesa do Consumidor.

A violação aos direitos de proteção dos consumidores enseja a adoção de medidas de natureza coletiva, pelo Ministério Público ou associações de proteção ao consumidor, objetivando o interesse de todos ao direito à educação ministrada com base em um padrão de qualidade, bem como de medidas individuais, buscando a correção de irregularidades verificadas na órbita individual dos alunos.

Em todas as hipóteses acima, porém, há um problema processual a ser enfrentado: como medir a qualidade do serviço prestado? Qual é o alcance do padrão de qualidade previsto na legislação pátria?

A esse respeito, apontamos a tendência do Estado e dos Tribunais em aferir a qualidade mediante indicadores obtidos a partir das avaliações realizadas pelo Poder Público. Mas

esses indicadores quantitativos são suficientes para o enfrentamento do problema? Os métodos de avaliação adotados pelo Estado consideram todos os pontos relevantes para a matéria?

Vale assinalar, ainda, que o ensino superior é a última etapa da educação escolar. Dessa forma, as ineficiências verificadas nos níveis de ensino iniciais podem, de forma decisiva, interferir na prestação de serviços de nível superior. As falhas decorrentes do ensino fundamental têm o condão de afastar ou minimizar a responsabilidade dos estabelecimentos de educação superior? Ou a admissão do aluno através do processo seletivo promovido por tal estabelecimento teria o condão de afastar qualquer atenuante ou excludente?

A presente dissertação propõe-se a analisar as indagações acima a partir de dois principais aspectos: (i) como se verificar a qualidade dos serviços educacionais prestados pelo estabelecimento de ensino privado? (ii) diante da comprovada falta de qualidade de tais serviços, como caracterizar a responsabilidade de tal estabelecimento?

Assim, devem ser estabelecidos parâmetros para definir a qualidade dos serviços educacionais privados, os quais servirão de critérios delimitadores da responsabilidade civil dos mantenedores das instituições privadas de ensino superior.

Por fim, pretende-se analisar a participação do Estado na má-qualidade do serviço educacional prestado pelo particular. É cediço que a exploração da atividade educacional pela iniciativa privada está condicionada a, além da observância de normas educacionais, autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Nesse contexto, em que medida a omissão do Estado na verificação da qualidade poderia resultar na imputação de responsabilidade pelos prejuízos decorrentes sofridos pelo aluno? E, nessa hipótese, como poderia o aluno fazer valer o direito constitucional de que é titular?

Essas são as ponderações que o presente estudo pretende analisar, relevando-se, sempre, a atuação do particular na exploração do ensino superior.

CONCLUSÕES

Nos termos da Constituição, é garantido a todos os cidadãos brasileiros o direito de acesso ao ensino superior ministrado em observância a um padrão de qualidade, por estabelecimento público ou privado.

A prestação de serviços educacionais pela iniciativa privada é uma atividade privada, regida pelas normas do Código de Defesa do Consumidor, mas, em função do interesse coletivo envolvido nessa atividade, não pode ser exercida livremente, ficando, pois, sujeita à intervenção e regulamentação estatal.

Quando o aluno efetiva a sua matrícula em curso ofertado por estabelecimento de ensino superior privado, inicia-se uma relação de consumo, em que ele figura como consumidor e a instituição de ensino como fornecedor de serviços.

O fornecedor de serviços, consoante disposto no Código de Defesa do Consumidor, responde pelo fato e pelo vício do produto. A responsabilidade pelo fato do serviço é verificada nas hipóteses em que a segurança e integridade físicas do consumidor são afetadas. Quando se tratar de inadequação do serviço, estará caracterizada a responsabilidade do fornecedor pelo vício do serviço.

O descumprimento do dever de prestar um serviço educacional de qualidade resulta na responsabilidade do estabelecimento de ensino pelo vício do serviço. Nesse contexto, poderá o aluno pleitear a restituição das mensalidades pagas, uma vez que, na maioria das vezes, a reexecução do serviço ou o abatimento do preço não serão possíveis.

E quem deve responder? A mantida, ou seja, a instituição de ensino propriamente dita, ou a sua mantenedora? Entendemos que deve ser a mantida, pois é responsável pelo planejamento e condução dos aspectos acadêmicos e científicos. Porém, como é a mantenedora que provém os recursos financeiros necessários para as atividades educacionais, deverá responder solidariamente, de tal sorte que o dano seja

ressarcido.

Porém, como comprovar a falta de qualidade do serviço educacional prestado? Seriam os indicadores de desempenho decorrentes das avaliações aplicadas pelo Poder Público instrumento suficiente para aferição da qualidade do serviço? Entendemos que não, por diversos motivos, entre os quais destacamos: (i) os critérios adotados no processo de avaliação são falhos e, não necessariamente, refletem a realidade daquela instituição; e (ii) os fatores externos, como as informações e referências recebidas pelo aluno no ambiente social e familiar, que influenciam fortemente no processo cognitivo, são desconsideradas na avaliação.

O estabelecimento de ensino, contudo, é exonerado da obrigação de ressarcir o dano em algumas hipóteses, das quais destacamos caso fortuito e força maior, que embora não estejam previstos no Código de Defesa do Consumidor, devem ser causas excludentes da responsabilidade civil, e culpa exclusiva da vítima, uma vez que tem o condão de romper o nexo causal entre o dano e a conduta do estabelecimento de ensino. A culpa concorrente da vítima não elimina, apenas atenua a responsabilidade civil da instituição de ensino.

Por fim, convém ressaltar que o Estado, por ser responsável pelo credenciamento e fiscalização da atividade educacional prestada, é co-responsável pelos danos oriundos de falhas na relação educacional, independentemente da comprovação de culpa de seus agentes.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, José Márcio, Reformas de ensino. Belo Horizonte: Lâncer, 1997.

ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso de e PASSOS, Laurizete F. *O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação*. In. Amélia Domingues de Castro e Anna Maria Pessoa de Carvalho (Orgs.). *Ensinar a Ensinar*. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2001, p. 188.

ALMEIDA, João Batista de, *A Proteção Jurídica do Consumidor*, 4ª edição revista e atualizada, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

ALVIM, Agostinho, *Da inexecução das obrigações e suas consequências*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Jurídica e Universitária, 1975.

- *Responsabilidade Civil*. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

ALVIM, Arruda et alii, *Código do Consumidor comentado*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991.

BALBY, Claudia Negrão, *Apontamentos para uma análise dos critérios governamentais de avaliação de bibliotecas universitárias e seus efeitos no ensino superior privado*. Recife : SNBU, 2002

BARRETO, Vicente, *Condicionantes da qualidade na pesquisa universitária ou o avanço do conhecimento*. Revista Brasileira de Filosofia nº 188, vol. 44. São Paulo, 1997.

BASTOS, Celso Ribeiro, *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2002.

BASTOS, Celso Ribeiro, e, MARTINS, Ives Gandra, *Comentários à Constituição do Brasil (promulgada em 5 de outubro de 1988)*, 2º Volume, São Paulo: Editora Saraiva, 1989.

BRAGA, Ronaldo. *Qualidade e eficiência do modelo de ensino superior brasileiro: uma reflexão crítica*. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo – NUPES.

BENJAMIN, Antônio Herman V., *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. Arts. 1º a 74 – Aspectos Materiais*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

- *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*, 4ª edição revista e atualizada, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

BENJAMIN, Antônio Herman V., e, MARQUES, Claudia Lima, e, BESSA, Leonardo Roscoe, *Manual de Direito do Consumidor*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

BERCOVICI, Gilberto, *Constituição Econômica e Desenvolvimento, uma leitura a partir da Constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2005.

BONAVIDES, Paulo, *Do Estado Liberal ao Estado Social*, 6ª edição, São Paulo: Malheiros Editores, 1996.

BROOKE, Nigel, e, SOARES, José Francisco (org.), *Pesquisa em eficácia escolar - origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CAMPELO, Sérgio Amaral, *O Ensino do Direito – Reflexões*. Revista do Direito. Pelotas, 1 (1), jan-dez/2000, pá. 95-108.

CANARIS, Claus-Wilhelm. *Direitos Fundamentais e Direito Privado*. Trad. Ingo Wolfgang Sarlet e Paulo Mota Pinto. Coimbra: Almedina, 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Coimbra: Almedina, 1989.

CARVALHO, Laerte Ramos de, *As reformas pombalinas de instrução pública*. São Paulo: Saraiva, 1978.

CAVALIERI FILHO, Sérgio, *O direito do consumidor no limiar do Século XXI*, Revista de Direito do Consumidor nº 35, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

CRETELLA JR., José, *Administração indireta brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio, *Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – Estado e Mercado*. Ed. Social, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 795-817, out/2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

CURY, Carlos Roberto Jamil, *A educação escolar como concessão*. Aberto, Brasília, ano 10, n.50/51, abr./set. 1992.

DELGADO, Mário Luiz e ALVES, Jones Figueirêdo (Coord). *Questões controvertidas no Novo Código Civil*, São Paulo: Método, 2005.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, *Direito administrativo*, 20ª edição, São Paulo: Atlas, DI

DURHAM, Eunice Ribeiro, *O ensino privado no Brasil*. São Paulo: NUPES, 1995.

- Avaliação e relações com o setor produtivo: novas tendências do ensino superior europeu. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisas sobre o

Ensino Superior da Universidade de São Paulo – NUPES.

- O ensino superior no Brasil: público e privado. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo – NUPES.

DURHAM, Eunice e SAMPAIO, Helena (Org.). *O ensino superior em transformação*. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo – NUPES.

FALEIRO, Marlene de Oliveira Lobo, Público e o privado na gestão administrativa da universidade. Tese, FE-USP, 1996.

FERREIRA, Pinto, *Comentários à Constituição Brasileira*, 7º volume, Art.s, 193 a 245, ADCT - Art., 1º a 70 - EC.1/92, 2/92, 3/93, 4/93, ECR-1/94, 2/94, 3194, 4194, 5/94, 6/94, Editora Saraiva, São Paulo, 1995.

- *Curso de direito constitucional*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991

GOLDEMBERG, José. *O impacto da avaliação na universidade*. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo – NUPES.

GONÇALVES, Carlos Roberto, Principais inovações no Código Civil de 2002. São Paulo: Saraiva, 2002.

- *Responsabilidade Civil*, 8ª edição, São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

GRAU, Eros Roberto, *Elementos de Direito Econômico*. São Paulo: RT, 1981.

GRINOVER, Ada Pellegrino (Et. al). *Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004

GUIMARÃES, Paulo Jorge Scartezzini, *A responsabilidade das instituições de ensino superior pelo vício no serviço prestado*. Revista de Direito do Consumidor nº 40, vol. 10, São Paulo, 2001.

HOMEM, António Pedro Barbas (Coord.). *Temas de Direito Educacional*. Coimbra: Almedina, 2006.

HIRONAKA, Giselda Maria F. Novaes. *Responsabilidade Pressuposta*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

HIRONAKA, Giselda Maria F. Novaes (Coord.). *Direito e responsabilidade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

LIMA, Hermes. Introdução à Ciência do Direito. 8ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1955.

LOURENÇO, Angélica, GILZ, Claudino, BARRIONUEVO, Gizela M. e MALUCELLI, Vera M. Brito. *Projeto Pedagógico: concepção e demandas de questões atuais*. In Rev. PEC, Curitiba, v.3, n.1, p.9-10, jul. 2002-jul. 2003.

LOPEZ, Teresa Ancona, *Princípio da precaução e evolução da responsabilidade civil*, tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para concurso de Professor Titular, 2008.

- *Nexo Causal e Produtos Potencialmente Nocivos – A experiência do Tabaco Brasileiro*, São Paulo: Quartier Latin, 2008.

- *O dano estético: responsabilidade civil*, 2ª edição revista e atualizada, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

- *Responsabilidade civil: defesa do consumidor e serviços médicos*, em pp. 227 ss. de *Documentos Básicos: Congresso Internacional de Responsabilidade Civil*, Blumenau, 1995.

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto, *Contratos Relacionais e Defesa do Consumidor*, São Paulo: Max Limonad, 1998.

- *Privacidade, mercado e informação*, Revista de Direito do Consumidor nº 31, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

- *Os contratos previdenciários, a informação adequada e os novos riscos do consumidor*, Revista de Direito do Consumidor nº 26, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

- *Globalização e Direito do Consumidor*, in “Direito Global”, obra coletiva coordenada por Carlos Ari Sundfeld e Oscar Vilhena Vieira, São Paulo: Max Limonad, 1999.

MARQUES, Cláudia Lima, *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

- *Contratos no Código de Defesa do Consumidor – O novo regime das relações contratuais*, 4ª edição, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

MARTINS, Carlos Eduardo Behrmann Rátis. *O direito fundamental de acesso ao ensino superior: a “estatização” de vagas nas universidades particulares*, in **HOMEM, António Pedro Barbas** (coord.), *Temas de Direito da Educação*, Coimbra: Almedina, 2006, pág. 112.

MARTINS, Geraldo. *Credencialismo, corporativismo e avaliação da universidade.* Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo – NUPES.

MEIRELLES, Hely Lopes, *Direito Administrativo brasileiro.* São Paulo: Malheiros, 2003.

MELLO, Celso Antônio Bandeira, *Curso de Direito Administrativo,* 13ª edição revista, atualizada e ampliada, São Paulo: Malheiros Editores, 2001

- *Prestação de serviços públicos e administração indireta.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.

MINTO, Lalo Watanabe, *As reformas do ensino superior no Brasil : o público e o privado em questão.* Campinas: Autores Associados, 2006.

MIRAGEM, Bruno, *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. Arts. 1º a 74 – Aspectos Materiais,* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de Direito Privado.* Atualizado por Vilson Rodrigues Alves. Campinas: Bookseller, 1999.

MONTEIRO, Antônio Pinto, *A proteção do consumidor de serviços públicos essenciais,* Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS), Edição Especial, Porto Alegre, 1998.

MOREIRA, Carlos Roberto Barbosa, *O código de defesa do consumidor e os contratos de prestação de serviços educacionais.* Revista Forense nº 338, vol. 93, Rio de Janeiro, 1997.

NASCIMENTO, Samuel Pontes do; CARVALHO, Antonio Roberto W. de; CLARK, Giovani, *O ensino privado superior pela ótica das relações de consumo.* Disponível em www.scielo.com.br.

NEIVA, Cláudio C. *As iniciativas de planejamento e avaliação na formulação de políticas públicas para o ensino superior.* Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo – NUPES.

NERY, Rosa Maria de Andrade. *Noções Preliminares de Direito Civil.* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

NERY JÚNIOR, Nelson, e NERY, Rosa Maria de Andrade, *Código Civil Anotado e Legislação Extravagante,* 2ª edição revista e ampliada, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

- *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto,* 4ª edição revista e atualizada, Rio de Janeiro: Forense

Universitária, 1996.

- *Os princípios gerais do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor*, Revista de Direito do Consumidor nº 03, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. *A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil*, in *A Educação Superior no Brasil* / Maria Susana Arrosa Soares (Org.), Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. *Comentários ao código de defesa do consumidor*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2000.

OLIEN, Arabela Campos, *Histórico da Educação Superior no Brasil*, in *A Educação Superior no Brasil* / Maria Susana Arrosa Soares (Org.), Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002

OLIVA, Denise M.D; FREITAS, Marcelo V. de, *Contratos de prestação de serviços educacionais: consumidor e educador buscando, em conjunto, uma leitura jurídica da questão*. Revista de Direito do Consumidor nº 14, São Paulo, 1995.

PAUL, Jean-Jacques, RIBEIRO, Zoya e PILATTI, Orlando. *As iniciativas e as experiências de avaliação do ensino superior: balanço crítico*. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo – NUPES.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. Vol. 3, 3ª ed., São Paulo: Forense, p. 507.

PRATA, Ana, *A Tutela Constitucional da Autonomia Privada*, Coimbra: Almedina, 1982.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco, *O Estado de Direito e o sentido da exigência de preparo da pessoa para o exercício da cidadania*. Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, para inscrição em concurso público visando à obtenção de título de livre-docência, 2009.

- *Federalismo cooperativo e garantia de padrão de qualidade de ensino: o caso dos estabelecimentos de educação infantil jurisdictionados ao sistema escolar do Estado de São Paulo*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, vol. 98, São Paulo, 2003.

- *O poder e o limite do Estado na atividade Educacional*. Estudos 31, ABMES, julho de 2003, págs. 29 a 47.

- *Educação Superior, Direito e Estado: na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp,

2000.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco (coord.) e **RIGHETTI, Sabine** (org.). *Direito à Educação. Aspectos Constitucionais*. São Paulo: Edusp, 2008.

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Significado e Pressupostos do Projeto Pedagógico*. Disponível em http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_15_p073-077_c.pdf

SÁ, Maria Aparecida Munin de, *Valorizando a qualidade na educação*. Novos Estudos Jurídicos nº 14, vol. 7, Itajaí, 2002.

SADER, Emir Simão, *O estatal, o público e o privado na educação*, Revista Caros Amigos nº 40, v. 4. São Paulo, 2000.

SAMELLI, Gabriela Giannella, *A prestação de serviços educacionais*, tese, FADUSP, 2002.

SAMPAIO, Helena. *Universidades privadas: características institucionais e acadêmicas*. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo – NUPES.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso. *Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor e a defesa do fornecedor*. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANTOS, Antônio Jeová. *Dano Moral Indenizável*. 4ª ed. São Paulo: RT, 2003.

SANTOS, Clóvis Roberto (org.), *Avaliação Educacional - um olhar reflexivo sobre a sua prática*. São Paulo: Avercamp Editora, 2005.

SAVIANI, Dermeval, *Política e educação no Brasil - o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino*, 6ª edição. Campinas: Autores Associados, 2006.

SILVA, José Afonso da, *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 24ª ed., São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, Regina Beatriz da (coord.), *Responsabilidade civil e sua repercussão nos tribunais*. São Paulo: Saraiva, 2008.

SILVA, Vandrê Gomes da. *Por um sentido público de qualidade na educação*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA JR., João dos Reis e SGUISSARDI, Valdemar, *A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público?* Revista Brasileira de Educação, mai/jun/jul/ago 2005, pág. 5-27.

SEMESP - Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino

Superior no Estado de São Paulo, *O Futuro do Ensino Superior Particular - o esforço pela qualidade*. São Paulo: Edições Consultor, 2008.

- *Ensino Superior Particular - um vôo histórico*. São Paulo: Editora Segmento, 2005.

SOLON, Rosilene Maria, *Direito à educação*. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

SUNFELD, Carlos Ari, *Direito Administrativo Ordenador*. São Paulo: Malheiros, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon. *O contexto institucional e político da avaliação do ensino superior*. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo – NUPES.

TANAKA, Emi, *A responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas*, tese, FEA-USP, 2003.

TESSLER, Marga Inge Barth, *A responsabilidade da instituição e sua direção na prestação do ensino*. Revista CEJ nº 26, vol. 8, Brasília, 2004.

UNESCO, *Manual de auto-avaliação escolar*. Brasília: Consed, 1998

WOLYNEC, Elisa. *O uso de indicadores de desempenho para a avaliação institucional*. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo – NUPES.